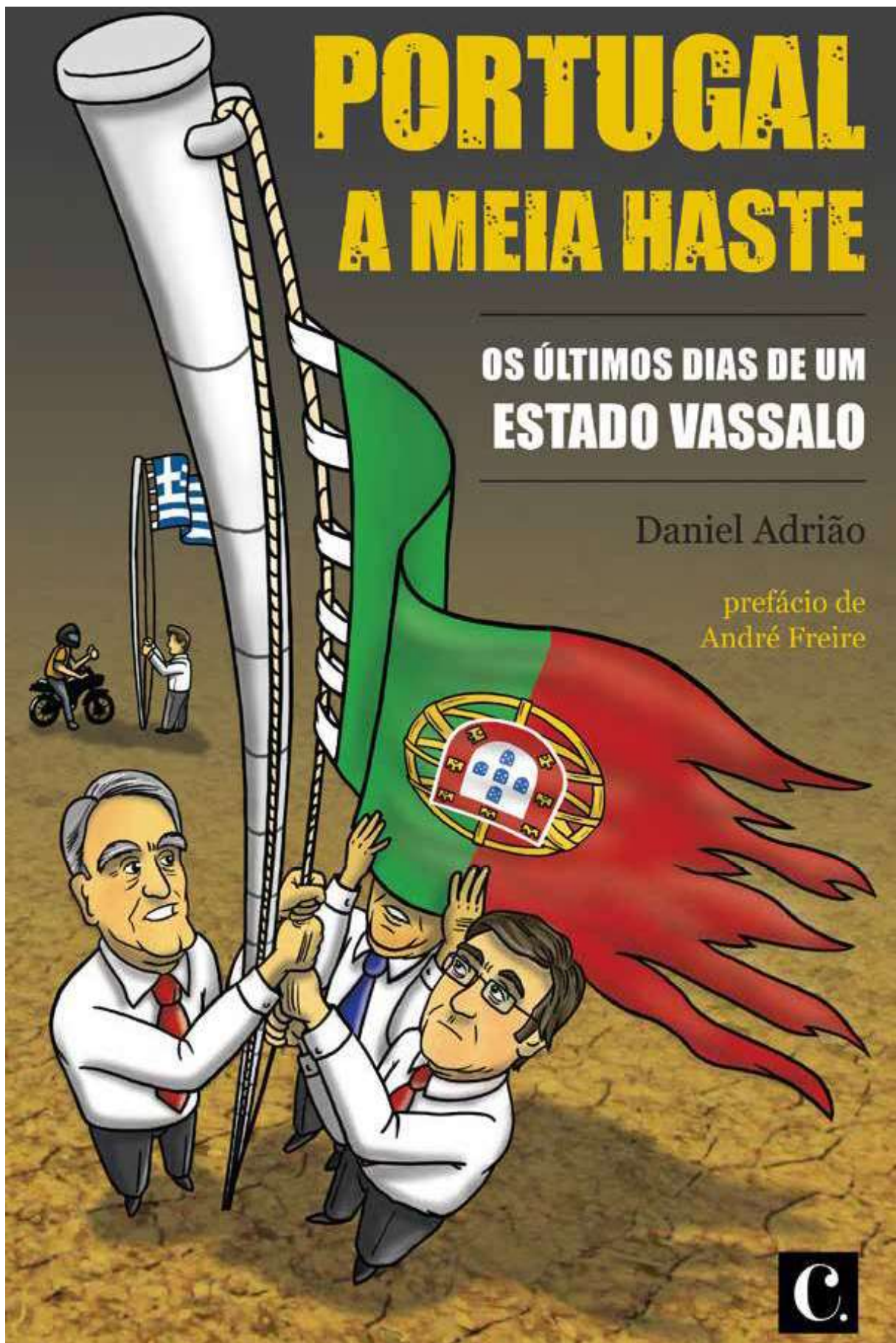


PORTUGAL A MEIA HASTE

OS ÚLTIMOS DIAS DE UM
ESTADO VASSALO

Daniel Adrião

prefácio de
André Freire



C.

Daniel Adrião

PORTUGAL A MEIA-HASTE

OS ÚLTIMOS DIAS DE UM ESTADO VASSALO



Ficha Técnica:

Título - Portugal a Meia-Haste, Os Últimos Dias de um Estado Vassalo

Autor - Daniel Adrião

Revisão de Texto - José da Maia

Paginação e Capa - Tiago Leal

Ilustração da Capa - Tiago Leal

Fotografia do Autor na contracapa - Alexandre Azevedo - *Sábado*

Edição - Capital Books

1ª Edição - Julho 2015, Lisboa

ISBN - 978-1515057413



www.capitalbooks.net

geral@capitalbooks.net

*À Leonor,
à Tânia
e à Constança,
as três mulheres da minha vida.*

PREFÁCIO

por André Freire

«Portugal a Meia Haste. Os últimos dias de um Estado Vassalo» é um livro de combate, como o próprio título do livro e a sua capa indicam e como sugere também o empenhamento cívico do Daniel Adrião. Dividido em três partes, «Partido Socialista», «Portugal» e «Europa», este relativamente pequeno livro que tendes em mão é, em primeiro lugar, pequeno apenas em tamanho pois é grande em substância. Nomeadamente, porque o seu autor ancora sempre as suas ideias em argumentos substantivos sólidos e numa cultura política e social de relevo (vide as inúmeras referências históricas, politológicas, sociológicas e devedoras das ciências da comunicação), a qual partilha sempre com os seus leitores como forma de densificar os seus argumentos.

Em segundo lugar, sendo um livro de combate, é um livro de combate não sectário. Ou seja, além da substância e densidade dos seus argumentos, o livro é um livro de combate porque se bate por certas ideias (de esquerda, por mais democracia, por mais progressismo) e contra outras ideias (a ortodoxia neoliberal dominante, a asfixia da componente propriamente democrática da democracia pela sua componente mais liberal, etc., muitas delas enfeudando também amiúde os

partidos socialistas europeus, como o autor reconhece e sublinha em inúmeros dos seus artigos). Nomeadamente, o autor bate-se contra o situacionismo político dos partidos (o seu PS incluído), quando estes se fecham sobre si próprios e pretendem evitar a devolução de poder aos cidadãos (via democratização interna: eleições primárias, etc.). O livro bate-se também contra o situacionismo pró Troika dos partidos de direita no poder que, como documenta Daniel Adrião num dos seus artigos citando António Lobo Xavier (CDS-PP), foram os grandes responsáveis pela vinda da Troika para Portugal e, também, pelo radicalismo ideológico da sua governação muito para além da Troika e com devastadoras consequências para o país. Finalmente, o livro bate-se por uma Europa mais democrática, quiçá mais federal (isto é, com mais poder aos pequenos países), e contra uma Europa que está a matar a democracia pela forma como tem tratado a Grécia, pela profusão de instituições não eleitas (BCE, CE, FMI) que constroem o poder das autoridades democráticas, e pelo peso dos «textos constitucionais» europeus que nunca foram sufragados pelos vários demos, ou seja, em Portugal e nos vários países europeus. Este combate não é sectário porque Daniel Adrião não hesita em criticar o seu próprio partido, ou a família socialista europeia, sempre que entende que esta(s) está(ão) do lado errado da história...

Finalmente, este é um livro que, embora baseado em artigos de imprensa (saídos no jornal Público e na revista Sábado – edição em linha, sobretudo, e mais um texto inédito), é bastante substantivo e não sectário porque, entre outras coisas, o seu autor é um grande adepto da inovação política, facto este que também me aproxima (ideologicamente) muito dele. Seja na forma como vê a renovação da política e da democracia europeias como estando alicerçadas necessariamente no surgimento de novos partidos (à esquerda como à direita) , um dado absolutamente invulgar em alguém com um percurso partidário definido e não errático, seja na forma como rejeita os preconceitos (por vezes vindos do seu próprio partido e/ou da família socialista europeia)

contra a Grécia e o Syriza, seja nas potencialidades de renovação democrática que vê nas novas tecnologias de informação e de comunicação (sem ser acrítico quanto aos riscos que também comportam...), Daniel Adrião é um feroz defensor da inovação social e política. Por tudo isto, este livro vale bastante a pena ser lido, comentado e discutido, com os mesmos graus de elevação e de substância que os textos encerram, ainda que não sem sentido crítico.

Conheci o Daniel Adrião este Verão, quando ele me veio propor a organização conjunta de uma grande conferência sobre «A inovação ao poder: novos movimentos, novos partidos, nova política». Ainda não conseguimos os apoios, financeiros e mediáticos entre outros, para concretizar uma ideia tão generosa e «fora da caixa», mas quem sabe se mais cedo do que tarde a concretizaremos... O importante, porém, é que se construiu entre mim e o Daniel uma empatia e uma comunhão de ideias alicerçadas na valorização comum das inovações, nomeadamente políticas, na paixão pelo debate de ideias, com elevação e respeito pelo adversário, bem como na abordagem não sectária da política. É o germe de uma amizade sólida que brotará da empatia doutrinal. O Daniel encerra em si mesmo uma abordagem inovadora de estar na política e no jornalismo, abordagem essa que eu, pessoalmente, reputo como essencial para a renovação da democracia. Também por isso este livro merece ser lido e escrutinado, com atenção e sentido crítico.

Lisboa, 10 de Julho de 2015

André Freire

Professor de Ciência Política no ISCTE-IUL,
investigado sénior do CIES-IUL,
colunista do jornal Público desde 2006.

I - Curiosa e contraditoriamente, porém, a paixão pela inovação de Daniel Adrião parece ter parado à porta da inovadora candidatura presidencial do Professor António Sampaio da Nóvoa... uma posição quiçá provisória dada a escassez dos dados quando escrevia sobre assunto... e, por isso mesmo, a carecer de escrutínio futuro mais aprofundado...

NOTA BIOGRÁFICA

Conheci o Daniel Adrião há mais de uma vintena de anos atrás, quando ambos debutávamos politicamente na Juventude Socialista. Por coincidência, voltamos a cruzarmo-nos, anos mais tarde, no jornal *Semanário*, onde trabalhámos como jornalistas, em meados da década de 90. O currículo político do Daniel já se tinha entretanto intensificado, com numerosas passagens pelos órgãos nacionais do Partido Socialista e, mais tarde, pela liderança da concelhia socialista de Alcobaça, de onde é natural. Profissionalmente, depois do jornalismo, o Daniel colaborou com as administrações de uma variedade grande de grupos empresariais, esteve ligado a iniciativas públicas nas áreas tecnológicas e deu a cara pela internacionalização do maior consórcio de empresas portuguesas de IT. Paralelamente, manteve viva a sua intervenção pública com colaborações escritas no jornal *Público* e mais recentemente, na edição online da revista *Sábado*. Verdade seja dita que a sua presença na *Sábado* online se realça pela pertinência do que escreve e pelo número de visualizações e partilhas que os seus textos atingem. E foi talvez esta constatação que esteve na génese deste livro, que colige as crónicas que o Daniel aí foi escrevendo, bem como as que anteriormente tinha publicado no *Público*.

Mas nada do que o Daniel Adrião possa ter dito ou escrito nos últimos anos escapa ao seu espírito livre, provavelmente a sua melhor qualidade. Quero dizer, em todas as situações em que tive oportunidade de estar com ele, sempre verifiquei que as suas tomadas de posição decorrem da sua capacidade analítica e espírito crítico e não de uma qualquer fórmula baseada nos seus interesses pessoais ou materiais. A sua inquietude natural anda sempre à procura da novidade e isso transforma-o num early adopter de novas escolas de pensamento, mormente em matérias de ciência e análise política.

Num país onde a maior parte dos quadros profissionais, académicos e políticos preferem a vida fácil do seguidismo face ao patrão, ao professor doutor ou ao líder partidário, o Daniel Adrião está sempre na primeira linha da novidade ideológica o que, por consequência, lhe impõe muitas vezes a necessidade da ruptura. Mas isso é uma enorme qualidade, que ele só deve preservar. Uma sociedade composta por gente que pensa e questiona com independência, capaz de romper e dizer não quando tem motivos para isso, é sempre mais livre e próspera do que um mundo de pessoas atávicas, que se arrastam atrás de um líder pelas suas conveniências pessoais. Espero que este seja apenas o primeiro capítulo das suas aventuras editoriais, certo de que disso resultará sempre um contributo positivo e interessante para o nosso país.

José Diogo Madeira

INTRODUÇÃO

Democratizar o Poder

A inovação tem sido o motor das grandes transformações sociais, económicas, científicas e também políticas ao longo da História. As mudanças de ciclo que consubstanciaram saltos civilizacionais e que permitiram avançar além do tempo cronológico, estiveram sempre ligadas a comportamentos, métodos e práticas inovadoras. A evolução humana deve muito à capacidade de romper com as tradições, de mudar hábitos, de questionar dogmas, de criar novos paradigmas. Todos os grandes avanços da Humanidade se deram em resultado da capacidade e da coragem, para procurar soluções fora do pensamento dominante e ousar provocar rupturas.

Somos contemporâneos de uma mudança histórica alavancada pela inovação que fez nascer uma nova ordem mundial – a globalização do terceiro milénio – que nos trouxe novas oportunidades, mas também novas ameaças e que está a provocar alterações profundas na forma como trabalhamos, como nos movemos, como nos relacionamos, como comunicamos, em suma, como vivemos. Estas transformações comportamentais e organizacionais estão não só a reconfigurar o espaço público, mas também o sistema de participação cívica e política. Em vários

PORTUGAL A MEIA-HASTE

momentos da História, as inovações tecnológicas produziram efeitos de mudança fundamentais e perenes nas estruturas de poder das sociedades humanas. Estamos a assistir à eclosão de um novo fenómeno que alguns autores designam por “terceira natureza”, em que os processos de informação dominam os recursos naturais e os processos produtivos que, por sua vez, determinam as dinâmicas sociais e as atitudes dos cidadãos. Com o advento da Sociedade da Informação, designadamente a massificação da Internet e das tecnologias digitais, surgiu uma nova forma de intervenção cívica, acelerada pelo espaço virtual, pelos novos media e pelas redes sociais, onde os cidadãos deixam de ser meros consumidores de informação para passarem a ser produtores de conteúdos, reconfigurando o espaço público.

Enquanto, por um lado, o campo da cidadania se autonomiza e se torna cada vez mais pró-ativo, por outro lado, as organizações políticas formais, atravessam uma crise de identidade e de legitimação, respondendo reactivamente e tentando readaptar-se e resistir à crescente perda de influência junto dos cidadãos. As novas formas de intervenção no espaço público dão aos cidadãos a oportunidade de se transformarem em agentes pró-ativos do processo político, permitindo-lhes desestruturar os velhos modelos de organização centralista e substituí-los por processos de comunicação baseados num diálogo horizontal e em rede, estabelecendo uma relação direta entre eleitos e eleitores, sem a interferência dos aparelhos partidários. Esta é uma nova realidade que está a ameaçar o poder estabelecido e a sua constelação de interesses e interdependências.

Mas a sociedade digital também comporta perigos, em particular para as liberdades individuais e para a própria democracia. Perigos que surgem de onde menos se espera, nomeadamente da parte de alguns governos que têm utilizado o controle informático que detêm sobre os cidadãos para, em nome da chamada “segurança de Estado”, espiar as suas vidas e violar a sua privacidade. Em resposta a estas práticas

que acontecem sem qualquer escrutínio democrático e muitas vezes no desrespeito pela lei, têm surgido pessoas e movimentos dedicados a denunciar estas atividades ocultas, designadamente tornando públicos documentos que contêm informação secreta. É o caso do Wikileaks, liderado por Julian Assange, ou de Edward Snowden, ex-perito do NSA, a agência secreta dos EUA, que se têm dedicado a divulgar documentos classificados que põem a nu os métodos pouco ortodoxos usados por instituições governamentais para obter informação de forma eticamente reprovável e que devido às suas denúncias estão neste momento a ser perseguidos pela justiça de vários países ocidentais.

Estão a ocorrer por todo o mundo acontecimentos que ameaçam o poder das forças dominantes, designadamente os movimentos forjados nas manifestações antiglobalização e de contestação às políticas impostas aos cidadãos por instâncias não eleitas, resultantes da aliança espúria formada entre instituições financeiras internacionais – como o FMI, o BCE e as agências de rating – e instâncias supranacionais – como a Comissão Europeia – que contam com o beneplácito da maioria dos governos, submetidos a políticas neoliberais de acordo com os ditames dos denominados “consenso de Washington” e “consenso de Bruxelas”, que mais não fizeram do que instituir o tristemente célebre “pensamento único”.

Na Europa trava-se neste momento uma batalha fratricida entre as instituições europeias e a Grécia, depois do destemido povo grego ter rejeitado no referendo do passado dia 5 de Julho a submissão às condições draconianas impostas pelos credores, recusando-se a aceitar o estatuto de “protetorado” e desafiando o “situacionismo” europeu, assente no dogma do TINA (*There is no Alternative*), segundo regras inscritas em Tratados que nunca foram sufragados pelos cidadãos, como o chamado Tratado Orçamental ou o menos conhecido, mas não menos importante, Tratado do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira. Tratados que constituem um garrote à soberania dos Estados-membros

PORTUGAL A MEIA-HASTE

e que, no limite, como neste momento se está a assistir espantosamente no caso da Grécia, instituem como consequência da escolha livre e democrática dos cidadãos, a pena de expulsão da zona euro.

Chegámos a um ponto inimaginável, ao vermos a União Europeia que nasceu como um espaço de afirmação, defesa e promoção da liberdade e da democracia, reprimir e retaliar com violência os que têm o atrevimento de exercer direitos fundamentais. A democracia e a soberania estão seriamente ameaçados e os cidadãos, sem disso se darem conta, perderam o poder de decidir sobre o destino dos seus países, que está hoje hipotecado às instituições financeiras internacionais e nas mãos dos tecnocratas e dos políticos venais que as servem.

A Europa “vendeu a alma ao diabo” e foi capturada pelos mercados. Os Estados devedores ficaram totalmente à mercê dos credores e chegou-se ao cúmulo de ver um governo democraticamente eleito ser destituído, como aconteceu em Itália, para que fosse nomeado um governo de tecnocratas não eleitos, dirigido por um funcionário das instituições credoras, Mário Monti, um dos “pais” de uma arquitetura do euro cheia de falhas. Mas em Portugal não foi muito diferente, uma vez que a troika impôs como ministro de Estado e das Finanças e “número dois” do governo, Vítor Gaspar, que goza do invejável curriculum de ter sido funcionário não de uma, mas das três instituições de credores: FMI, BCE e Comissão Europeia. Em Portugal, sem que ninguém se desse conta, um representante da troika sentou-se durante boa parte do mandato deste governo, semanalmente no Conselho de Ministros, dando ordens diretas aos demais ministros. Se isto não é um estado vassalo, o que é então um estado vassalo? Portugal viveu desde 2011, como admitiu o próprio vice-primeiro-ministro Paulo Portas, num «co-governo de credores» e sob «protetorado». Portugal fez a sua escolha: tornar-se um país a «meia-haste» Abdicou da sua soberania e colocou-se às ordens dos credores.

Esse foi o caminho rejeitado pelo governo de Alexis Tsipras e pelo

povo grego, mesmo sabendo das graves consequências que adviriam dessa escolha consciente. É o que distingue uma nação orgulhosa e corajosa, de uma nação temerosa e subserviente. Os povos de facto não são todos iguais. Mas os gregos não estão sozinhos no seu ato heroico, independentemente da posição que têm assumido os restantes 18 governos que neste momento ocupam o poder nos países da “zona euro”, as opiniões públicas de muitos países europeus, como está demonstrado em vários estudos, estão cada vez mais descrentes sobre o rumo que a Europa está a tomar. Muitos cidadãos europeus já perceberam que não há outro caminho senão uma reforma profunda da União Económica e Monetária, que passe por uma reestruturação das dívidas dos países periféricos, pela revisão dos Tratados e por uma nova arquitetura da “moeda única”, que desta vez deve ser sujeita a uma aprovação pela via referendária. Isto é, deixando aos cidadãos a decisão final sobre o futuro da Europa.

Mas para que isso aconteça, os cidadãos europeus sabem que não podem esgotar a sua participação cívica nos momentos eleitorais e que é necessário serem vigilantes e interventivos. Há, felizmente, cada vez mais movimentos de cidadãos que surgem a contestar decisões autocráticas emanadas de estruturas de poder que já não expressam a complexidade e a velocidade do mundo atual e que são incapazes de originar o confronto de ideias necessário para gerar a construção duma vontade comum, a partir dos interesses individuais.

Assistimos hoje a uma nova dicotomia. De um lado, estão os movimentos sociais e políticos emergentes, com formulações mais ou menos radicais, que nasceram de forma inorgânica ou sendo organizações pré-existentes, ganharam uma nova legitimidade e uma nova vida na rua e na rede, reorganizando-se e federando-se em plataformas abertas à cidadania. Do outro lado, estão os partidos tradicionais, que tentam conservar velhas lógicas de domínio, através de estruturas hierarquizadas de poder. Mais do que na fronteira ideológica cada vez mais volátil entre

PORTUGAL A MEIA-HASTE

esquerda e direita, onde hoje se trava o combate pelo futuro colectivo é na fronteira que separa o cidadão comum daqueles que detêm o poder político-económico-financeiro, protegidos por uma cortina de opacidade que impede qualquer escrutínio. O xadrez político europeu está a sofrer a sua maior transformação desde o pós-guerra. Os cidadãos estão a usar a Internet para se auto-organizarem, criar associações e partidos, fazer reuniões, convocar manifestações, divulgar comunicados, distribuir propaganda, fazer jornais, construir redes de solidariedade e comunidades de prática. Os alicerces da velha democracia formal estão a ruir e sobre os seus escombros estão a nascer as bases para a construção de novos modelos de participação, de intervenção e de organização democráticas. A Europa está a ser abalada por um terramoto político, que irrompeu a partir das energias libertadas pela cidadania. Novos partidos, que há apenas um ano, ou não existiam ou tinham uma expressão residual, estão hoje no poder ou a caminho de lá chegar.

Na Grécia, o Syriza passou de uma pequena coligação de partidos de extrema-esquerda para um partido de poder com um programa social-democrata, arrasando o Pasok e averbando três vitórias eleitorais consecutivas em menos de um ano: europeias, legislativas e referendo. Na Espanha, o Podemos, que nasceu nas ruas das principais cidades espanholas a partir do movimento dos “ocupas”, ganhou as eleições europeias e governa hoje as duas maiores cidades do país – Madrid e Barcelona – e segundo as últimas sondagens disputa ombro-a-ombro com o PP e o PSOE a vitória nas legislativas, ao mesmo tempo que emerge também outro novo partido, o Ciudadanos.

No Reino Unido, assistimos à vitória nas eleições europeias de um partido antieuropeísta, o UKIP, e nas últimas eleições parlamentares, o Partido Nacionalista Escocês obteve um resultado histórico, apagando do mapa o Partido Trabalhista naquele que era um seu bastião tradicional, a Escócia. Na Itália, o partido anti-sistema Movimento 5 Estrelas, é hoje a terceira maior força política do país. Na França, a Frente Nacional ganhou as eleições europeias, relançando as ambições da líder da

extrema-direita de chegar ao Eliseu.

Estes resultados mostram que os povos europeus estão cansados das velhas receitas partidocráticas e estão dispostos a sair da “zona de conforto” das propostas políticas tradicionais e apostar em propostas políticas disruptivas e inovadoras, protagonizadas por uma nova geração de protagonistas políticos. É hoje claro que os partidos tradicionais estão em crescente erosão, principalmente os partidos socialistas europeus, que têm visto fugir uma parte importante da sua base social de apoio para novas formações políticas, que se apresentam aos olhos dos eleitores com um discurso muito mais “*sexy*” e descomprometido com o sistema vigente. Um fenómeno que em Portugal não parece, para já, verificar-se, uma vez que, de acordo com as sondagens, o PS continua a polarizar maioritariamente o voto da esquerda e do centro-esquerda.

Mas a verdade, é que em muitos países, a crise do capitalismo parece ter afectado muito mais os partidos socialistas do que os partidos de direita. Muitos eleitores de esquerda culpam os socialistas por se terem revelado incapazes de suster os desmandos do capitalismo e de não terem conseguido apresentar uma alternativa à ideologia neoliberal, tendo, pelo contrário, contribuído por ação ou omissão para a sua proliferação. O modelo neoliberal promoveu uma concentração da riqueza nas mãos de um número cada vez mais reduzido de indivíduos e de empresas, matando assim o sonho socialista da redistribuição justa e equitativa da riqueza.

Há uma verdade histórica indelével: quem detém o poder, detém a riqueza. É por isso que a redistribuição da riqueza depende, antes de tudo, da redistribuição do poder. Para aqueles que acreditam num mundo mais justo e menos desigual, o principal desígnio político para o século XXI deve ser lutar por garantir uma redistribuição mais equitativa do poder. Porque democratizar o poder, significará democratizar a riqueza.